

# Um dilema na Educação

O novo secretário de Educação do Estado de Minas Gerais, Murílio Hingel, deixou a cada uma das escolas públicas dos 853 municípios mineiros a escolha – facultada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – do sistema de organização do Ensino Fundamental. Ele poderá optar entre o método tradicional da organização por séries e o método da organização por ciclos, adotado em todo o Estado desde 1996. Em 1997, Minas Gerais foi considerado o Estado de melhor desempenho pelo Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb), do Ministério da Educação. Não se vê, assim, em que o sistema por ciclos poderia significar um recuo.

A LDB admite também sistemas mistos, combinando o sistema por séries com o sistema por ciclos. Os sistemas combinados foram adotados em 13 Estados, entre os quais a Bahia, o Paraná e o Rio Grande do Sul, mais o Distrito Federal; 12 continuam com a organização em séries; e, depois da decisão do secretário Murílio Hingel, São Paulo é o único Estado em que o sistema de ciclos é adotado em toda a rede pública.

A reação maior ao sistema de ciclos vem do fato da avaliação do aluno não ser feita por provas periódicas, cujas notas são totalizadas ao final de cada ano letivo. A falta de uma avaliação anual poderia equivaler a uma aprovação automática, ao longo de cada ciclo. Essa possibilidade pode transformar-se em realidade concreta em função do desinteresse dos professores e dirigentes escolares em se capacitar para a nova metodologia, ou do interesse político em mascarar as deficiências do sistema de ensino.

Mas o sistema de ciclos não exclui a avaliação, e muito menos a deixa para o final de cada um deles. Ela existe. Só que ela é feita no dia-a-dia; e dentro da filosofia firmada pela LDB: incorporar à educação formal a experiên-

cia de vida trazida pelo aluno de seu universo familiar e social imediato. Sobre a base comum do estudo da língua portuguesa e da matemática e do conhecimento do mundo físico e social, busca superar a organização por disciplinas estanques através da integração e articulação dos conhecimentos e adotar um processo permanente de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

É claro que essa pedagogia é dificilmente compatível com a avaliação convencional através

de provas, uma para cada disciplina (pouco importante, às vezes, que, nas provas de história ou geografia, se revele falta de domínio, até meramente

passivo, do vernáculo; ou que nas provas de ciências se peque por falta de hábito com operações aritméticas elementares). O sistema de ciclos tem ainda por objetivo a correção do mal maior registrado pelas avaliações do Ensino Fundamental em todo o Brasil: a defasagem entre a série cursada e a idade, que se alarga a cada repetência, tornando-a, ao cabo, absolutamente inútil. Mas essa defasagem se verifica também na diversidade do universo de alunos que se apresenta para a matrícula inicial no Ensino Fundamental. Dessa defasagem decorre a mais absoluta desigualdade de condições. E é o que se dá no sistema de organização por séries, em que se supõe um ritmo igual de aprendizagem, entre o favelado que mal conhece a água encaçada e o filho de família em que o celular e o microcomputador são parte do cotidiano.

Se na Alemanha, que dispõe de um dos mais sofisticados sistemas educacionais do mundo, nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental não há notas e sim uma avaliação de desempenho, sob forma de relatório, por que forçar, no Brasil, o sistema por séries, que quase confunde o processo de aprendizagem com a evolução do calendário gregoriano?

**Apesar das críticas, não se deve rejeitar a priori o sistema de ciclos no ensino elementar**